

Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

Em 4.9.2016, foi firmado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Versão de Parcelas do Patrimônio em Sociedades Existentes entre HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (HSBC) e Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, efetivado em 7.10.2016, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31.7.2016, que apurou o valor líquido de R\$ 22 milhões.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 201 milhões, correspondendo a R\$ 8.516,13 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.268 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 6,32% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 30 de novembro de 2016 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 33 milhões, pago em 5 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Ativos somava R\$ 107.894 milhões, destacando-se R\$ 18.716 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 83.629 em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 2.714 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil e Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 101.953 milhões de Debêntures e R\$ 41 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.824 milhões. A Instituição possuía 2.218.423.485 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 12.043 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios interseccionais aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | |
| ATIVO | | | | | |
| CIRCULANTE | 102.222.738 | 91.361.903 | 657.146 | 7.574.669 | |
| DISPONIBILIDADES (Nota 4) | 5.763 | 2.378 | - | 6.733.180 | |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a) | 18.537.138 | 56.228.344 | - | 6.733.180 | |
| Aplicações no Mercado Aberto | 18.057.138 | 26.443.116 | - | 38.876 | |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 480.000 | 29.785.228 | - | 38.876 | |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6) | 83.629.306 | 34.974.107 | 638.012 | 802.613 | |
| Carteira Própria | 83.573.980 | 34.926.998 | 19.653 | 21.590 | |
| Vinculados à Prestação de Garantias | 55.326 | 47.109 | 62.490 | 23.150 | |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7) | (64.788) | (12.459) | 555.869 | 779.463 | |
| Operações de Arrendamentos a Receber: | | | | | |
| - Setor Privado: | | | | | |
| Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil | 1.279.637 | 1.414.377 | - | - | |
| Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa | (1.229.678) | (1.316.211) | - | - | |
| OUTROS CRÉDITOS | 86.093 | 127.303 | 103.968.982 | 87.015.584 | |
| Rendas a Receber | 39 | 39 | 101.953.041 | 84.309.254 | |
| Diversos (Nota 8) | 86.054 | 127.265 | 101.953.041 | 84.309.254 | |
| OUTROS VALORES E BENS | 29.226 | 42.230 | 21.590 | 40.243 | |
| Outros Valores e Bens | 101.596 | 104.532 | 1.994.351 | 2.666.087 | |
| Provisões para Desvalorizações | (72.370) | (62.302) | 588.170 | 722.879 | |
| | | | 1.406.181 | 1.943.208 | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.122.726 | 814.659 | 3.268.259 | 3.097.832 | |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a) | 179.012 | 44.681 | - | - | |
| Aplicações no Mercado Aberto | 177.970 | 26.394 | - | - | |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 1.042 | 914 | 2.312.267 | 2.290.000 | |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7) | (67.098) | (68.713) | 956.032 | 807.832 | |
| Operações de Arrendamentos a Receber: | | | | | |
| - Setor Privado: | | | | | |
| Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil | 1.358.787 | 1.444.822 | (40) | - | |
| Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa | (1.358.601) | (1.444.627) | - | - | |
| OUTROS CRÉDITOS | 1.019.597 | 838.272 | - | - | |
| Diversos (Nota 8) | 1.019.597 | 838.272 | - | - | |
| OUTROS VALORES E BENS | 215 | 419 | - | - | |
| Outros Valores e Bens | 101.596 | 104.532 | - | - | |
| Provisões para Desvalorizações | (72.370) | (62.302) | - | - | |
| PERMANENTE | 4.548.923 | 5.511.523 | - | - | |
| INVESTIMENTOS (Nota 9) | 58.455 | 54.365 | - | - | |
| Participações em Coligadas: | | | | | |
| - No País | 51.640 | 47.550 | - | - | |
| Outros Investimentos | 26.394 | 26.394 | - | - | |
| Provisões para Perdas | (19.579) | (19.579) | - | - | |
| IMOBILIZADO DE USO (Nota 10) | 2.741 | 2.962 | - | - | |
| Imóveis de Uso | 25.056 | 25.056 | - | - | |
| Outras Imobilizações de Uso | 155 | 155 | - | - | |
| Depreciações Acumuladas | (22.470) | (22.249) | - | - | |
| IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7) | 4.487.727 | 5.454.196 | - | - | |
| Bens Arrendados | 7.715.570 | 8.351.674 | - | - | |
| Depreciações Acumuladas | (3.227.843) | (2.897.478) | - | - | |
| TOTAL | 107.894.387 | 97.688.085 | 107.894.387 | 97.688.085 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------|---------------------|
| | 2º Semestre 2016 | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 7.878.290 | 15.002.332 | 12.085.256 |
| Operações de Crédito (Nota 7h) | 51.924 | 95.685 | 82.692 |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i) | 1.209.937 | 2.151.539 | 2.291.192 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c) | 6.616.429 | 12.755.108 | 9.711.372 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (7.635.588) | (14.560.091) | (11.812.400) |
| Operações de Captações no Mercado (Nota 11c) | (6.643.965) | (12.776.334) | (9.787.329) |
| Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b) | (601) | (1.491) | (3.213) |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j) | 1.022.121 | (1.821.069) | (1.859.416) |
| Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g) | 31.099 | 37.549 | (36.111) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 242.702 | 442.301 | (103.203) |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | (14.624) | (23.481) | (103.203) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18) | (24.153) | (44.435) | (57.755) |
| Depreciações Acumuladas | (13.821) | (24.872) | (40.379) |
| Despesas Tributárias (Nota 17) | 2.050 | 4.170 | 3.951 |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a) | 49.091 | 94.582 | 190.190 |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18) | (27.791) | (52.206) | (48.135) |
| Despesas Operacionais (Nota 19) | 228.078 | 418.820 | 369.644 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20) | (6.498) | (80.561) | (41.886) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 171.580 | 338.259 | 327.758 |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22) | (137.406) | (137.406) | (137.406) |
| Provisão para Imposto de Renda | 9.126 | (30.162) | (23.648) |
| Provisão para Contribuição Social | (22.977) | (53.753) | (16.500) |
| Ativo Fiscal Diferido | (48.182) | (53.491) | 3.697 |
| LUCRO LÍQUIDO | 198.547 | 200.853 | 291.307 |
| Número de ações (Nota 15a) | 23.585 | 23.585 | 23.422 |
| Lucro por ação em R\$ | 4.602,37 | 8.516,13 | 12.437,32 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------------------------------|------------------|
| | 2º Semestre 2016 | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 171.580 | 338.259 | 327.758 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | 991.696 | 1.757.864 | 1.664.182 |
| Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (31.099) | (38.863) | (37.549) |
| Depreciações e Amortizações | 597.060 | 1.157.983 | 1.456.928 |
| Provisões (Reversão) Cíveis e Fiscais | 25.680 | 40.773 | (86.113) |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas | (2.050) | (4.170) | (3.951) |
| Insuficiência de Depreciação | 350.168 | 530.825 | 298.485 |
| Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens | 51.937 | 71.316 | 36.382 |
| Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.163.276 | 2.096.123 | 1.991.940 |
| (Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 16.347.491 | 26.580.236 | 6.030.664 |
| (Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros | | | |
| Derivativos | (31.774.346) | (48.655.199) | (8.156.273) |
| (Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil | 35.539 | 35.233 | (43.131) |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens | (120.723) | (145.260) | (48.135) |
| (Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento | 60.673 | 158.344 | (222.739) |
| Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses | (15.942) | (38.395) | (65.127) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (1.394.260) | (1.693.096) | (238.819) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (127.567) | (193.836) | (197.156) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais | (15.825.859) | (21.855.850) | (948.776) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | |
| Dividendos Recebidos | - | 38 | 30 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos | - | 38 | 30 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | | |
| Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures | 5.985.791 | 10.910.607 | 8.202.207 |
| Juros sobre o Capital Próprio Pagos | (28.050) | (28.050) | (175.695) |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos | 5.957.741 | 10.882.557 | 8.026.532 |
| Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | (9.868.118) | (10.973.255) | 7.077.586 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período | 14.699.498 | 15.804.635 | 8.727.049 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período | 4.831.380 | 4.831.380 | 15.804.635 |
| Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | (9.868.118) | (10.973.255) | 7.077.586 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil | | | | | |
|----------------------------------------------------------------|------------------|----------------|----------------|-------------------------|------------------|
| Eventos | Capital Social | | | Reservas de Lucros | |
| | Legal | Estatutária | Total | Controladas e Coligadas | Totais |
| Saldos em 30.6.2016 | 2.290.000 | 248.695 | 629.520 | - | 3.168.215 |
| Aumento de Capital por Cisão | 22.267 | - | - | - | 22.267 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | - | (40) | (40) |
| Lucro Líquido | - | - | - | 208.547 | 108.547 |
| Destinações: - Reservas | - | 5.427 | 72.390 | (77.817) | - |
| - Reversão Parcial de Dividendos do 1º Semestre 2016 | - | - | - | 2.270 | 2.270 |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (33.000) | (33.000) |
| Saldos em 31.12.2016 | 2.312.267 | 254.122 | 701.910 | (40) | 3.268.259 |
| Saldos em 31.12.2015 | 2.290.000 | 229.514 | 463.711 | - | 2.983.225 |
| Lucro Líquido | - | - | - | 291.307 | 291.307 |
| Destinações: - Reservas | - | 14.566 | 100.041 | (114.607) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (176.700) | (176.700) |
| Saldos em 31.12.2016 | 2.290.000 | 244.080 | 563.752 | - | 3.087.832 |
| Aumento de Capital por Cisão | 22.267 | - | - | - | 22.267 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | - | (40) | (40) |
| Lucro Líquido | - | - | - | 200.853 | 200.853 |
| Destinações: - Reservas | - | 10.042 | 138.158 | (148.200) | - |
| - Dividendos Propostos | - | - | - | (19.653) | (19.653) |
| - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (33.000) | (33.000) |
| Saldos em 31.12.2016 | 2.312.267 | 254.122 | 701.910 | (40) | 3.268.259 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil | | | | | |
|----------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------------------------------|------------------|------------------|
| Descrição | 2º Semestre 2016 | | Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 | | % |
| | 2016 | % | 2016 | % | |
| 1 - RECEITAS | 7.874.191 | 4.247,1 | 15.002.290 | 4.131,4 | 3.279,2 |
| 1.1) Intermediação Financeira | 7.878.290 | 4.249,3 | 15.002.332 | 4.131,4 | 3.282,8 |
| 1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 31.099 | 16,8 | 38.863 | 10,7 | 37,549 |
| 1.3) Outras | (35.198) | (19,0) | (38.905) | (10,7) | (50,902) |
| 2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (7.666.687) | (4.135,2) | (14.598.894) | (4.020,3) | (3.164,6) |
| 3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (24.148) | (13,0) | (44.215) | (12,1) | (56,898) |
| Serviços Técnicos Especializados | (3.926) | (2,2) | (6.800) | (2,2) | (21,754) |
| Jurídicos Processuais 05-19 | (6.838) | (3,7) | (16.900) | (4,7) | (16,503) |
| Serviços de Suporte Financeiro | (3.299) | (2,0) | (6.316) | (1,7) | (5,577) |
| Processamento de Dados | (2.021) | (1,1) | (3.589) | (1,0) | (4,001) |
| Aprensão de Bens 56-19 | (241) | (0,1) | (659) | (0,2) | (1,832) |
| Propaganda, Promoções e Publicidade | (509) | (0,3) | (962) | (0,3) | (1,347) |
| Contribuições Filitropais | (987) | (0,5 | | | |



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Bradesco Leasing constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMM e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade do sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

b) Classificação por categoria e prazos

| Títulos (1) | 2016 | | | 2015 | | |
|-------------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Valor de mercado/contábil (2) | Valor de custo atualizado |
| Títulos para negociação (3) | 80.447.370 | 174.394 | 437.922 | 2.514.294 | 83.573.980 | 83.573.035 |
| Letras financeiras do tesouro | 13.640.898 | - | 80.033 | 2.513.589 | 16.234.520 | 16.234.575 |
| Letras financeiras | - | 174.394 | 274.339 | 705 | 448.733 | 448.733 |
| Debêntures | - | - | 83.550 | - | 84.255 | 84.255 |
| Letras do tesouro nacional | 26.428.922 | - | - | - | 26.428.922 | 26.428.922 |
| Notas do tesouro nacional | 39.613.667 | - | - | - | 39.613.667 | 39.613.667 |
| Cotas de fundos (4) | 763.883 | - | - | - | 763.883 | 763.883 |
| Vinculados à prestação de garantias | - | - | - | 55.326 | 55.326 | 55.326 |
| Letras financeiras do tesouro | - | - | - | 55.326 | 55.326 | 55.326 |
| Total em 2016 | 80.447.370 | 174.394 | 437.922 | 2.569.620 | 83.629.306 | 83.629.361 |
| Total em 2015 | 30.347.278 | 330.614 | 244.394 | 4.051.821 | 83.629.306 | 83.629.361 |

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que inclui operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuía R\$ 83.573.980 mil (31.12.2015 - R\$ 34.926.998 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andromeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b) | 5.959.945 | 6.886.505 |
| Títulos de renda fixa | 6.795.163 | 3.024.867 |
| Total | 12.755.108 | 9.911.372 |

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e avançaram regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira Trading, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos hedges.

| | Carteira Banking (1) | | | | | |
|----------------------------------------|----------------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | Dezembro/2016 | | | Dezembro/2015 | | |
| | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 |
| Taxa de Juros em Reais | (98) | (27.737) | (53.562) | (87) | (34.059) | (64.996) |
| Índices de Preços | (5) | (644) | (1.216) | - | - | - |
| Cupom Cambial | (1) | (57) | (114) | (1) | (70) | (139) |
| Moeda Estrangeira | (146) | (3.643) | (7.286) | (132) | (3.311) | (6.621) |
| Renda Variável | (212) | (5.288) | (10.576) | (388) | (9.705) | (19.410) |
| Soberanos/Eurobonds e Treasuries | (31) | (1.665) | (3.207) | (1) | (1) | (1) |
| Total sem correlação | (493) | (9.034) | (17.961) | (609) | (47.146) | (91.167) |
| Total com correlação | (307) | (31.132) | (60.270) | (384) | (34.116) | (65.238) |

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

| | Curso anormal | | | | | | Total em | | Total geral em | |
|-------------------------------------------|-------------------|---------------|--------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Parcelas vencidas | | | | | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | (C) | (C) | (A+B+C) | (A+B+C) |
| Operações de arrendamento mercantil | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2016 | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2015 | 11.147 | 10.926 | 9.901 | 26.771 | 42.787 | 81.691 | - | - | - | 2.969.570 |

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------|-------|-----------|-------|
| | 2016 | | 2015 | |
| | 2016 | % (1) | 2015 | % (1) |
| Maior devedor | 87.055 | 3,2 | 55.040 | 1,9 |
| Dez maiores devedores | 506.966 | 18,7 | 326.548 | 11,0 |
| Vinte maiores devedores | 702.763 | 25,9 | 499.496 | 16,8 |
| Cinquenta maiores devedores | 1.077.189 | 39,7 | 835.983 | 28,2 |
| Cem maiores devedores | 1.403.866 | 51,7 | 1.144.804 | 38,6 |

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen

e) Setor de atividade econômica

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|--------------|
| | 2016 | | 2015 | |
| | 2016 | % | 2015 | % |
| Setor privado | 2.714.218 | 100,0 | 2.969.570 | 100,0 |
| Indústria | 443.439 | 16,3 | 595.908 | 20,2 |
| Siderúrgica, metalúrgica e mecânica | 80.504 | 3,0 | 109.940 | 3,7 |
| Alimentícia e bebidas | 82.713 | 3,0 | 104.961 | 3,7 |
| Artigos de borracha e plásticos | 37.952 | 1,4 | 55.130 | 1,9 |
| Extração de minerais metálicos e não metálicos | 26.881 | 1,0 | 34.087 | 1,1 |
| Química | 48.320 | 1,8 | 48.917 | 1,6 |
| Materiais não metálicos | 24.808 | 0,9 | 35.378 | 1,2 |
| Edição, impressão e reprodução | 33.373 | 1,2 | 39.745 | 1,3 |
| Móveis e produtos de madeira | 25.253 | 1,0 | 43.461 | 1,5 |
| Autopeças e acessórios | 13.562 | 0,5 | 22.481 | 0,8 |
| Têxtil e confecções | 12.834 | 0,5 | 20.435 | 0,7 |
| Eletrônica | 13.702 | 0,5 | 18.728 | 0,6 |
| Refino de petróleo e produção de álcool | 6.226 | 0,2 | 11.962 | 0,4 |
| Papel e celulose | 19.760 | 0,7 | 23.212 | 0,8 |
| Veículos leves e pesados | 3.750 | 0,1 | 9.066 | 0,3 |
| Artefatos de couro | 8.051 | 0,3 | 11.493 | 0,4 |
| Demais indústrias | 4.750 | 0,2 | 6.912 | 0,2 |

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

| Nível de risco | % Mínimo de provisionamento requerido | Carteira | | | | % | Provisão mínima requerida | | | | |
|----------------------------|---------------------------------------|----------------|------------------|--------------|---------------|---------------|---------------------------|-------------|----------------|--------------|------------------|
| | | Curso normal | Curso anormal | Total (1) | % | | Específica | | Total | | |
| | | | | | | | Vencidas | Vencidas | Genérica | Excedente | |
| AA | - | 294.980 | - | 294.980 | 10,9 | - | - | - | - | - | - |
| A | 0,5 | 434.874 | - | 434.874 | 16,0 | - | - | 2.174 | 201 | 2.375 | 1,3 |
| B | 1,0 | 1.690.177 | 2.057 | 1.692.234 | 62,3 | 1 | 19 | 16.902 | 87 | 17.009 | 9,3 |
| C | 3,0 | 14.752 | 33.166 | 47.918 | 1,8 | 91 | 904 | 443 | 10 | 1.448 | 0,8 |
| Subtotal | 2.434.783 | 35.223 | 2.470.006 | 91,0 | 92 | 923 | 19.519 | 298 | 20.832 | 11,4 | 25.548 |
| D | 10,0 | 18.820 | 32.879 | 51.699 | 1,9 | 423 | 2.864 | 1.882 | 21 | 5.190 | 2,9 |
| E | 30,0 | 21.651 | 8.830 | 30.481 | 1,1 | 624 | 2.025 | 6.495 | 15 | 9.159 | 5,0 |
| F | 50,0 | 1.232 | 16.101 | 17.333 | 0,6 | 1.559 | 6.492 | 616 | - | 8.667 | 4,8 |
| G | 70,0 | 807 | 20.914 | 21.721 | 0,8 | 3.637 | 11.003 | 565 | - | 15.205 | 8,4 |
| H | 100,0 | 19.151 | 103.827 | 122.978 | 4,6 | 35.766 | 68.061 | 19.151 | - | 122.978 | 67,6 |
| Subtotal | 61.661 | 182.551 | 244.212 | 9,0 | 42.009 | 90.445 | 28.709 | 36 | 161.199 | 88,6 | 153.985 |
| Total em 2016 | 2.496.444 | 217.774 | 2.714.218 | 100,0 | 42.011 | 91.368 | 48.229 | 334 | 182.031 | 100,0 | 2.969.570 |
| % | 92,0 | 8,0 | 100,0 | 0,0 | 23,1 | 50,2 | 26,5 | 0,2 | 100,0 | 0,0 | 179,533 |
| Total em 2015 | 2.733.357 | 236.213 | 2.969.570 | 100,0 | 39.381 | 90.575 | 49.577 | 27,6 | 100,0 | 100,0 | 2.969.570 |
| % | 92,0 | 8,0 | 100,0 | 0,0 | 21,9 | 50,5 | 27,6 | 0,0 | 100,0 | 0,0 | 179,533 |

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos resíduos parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Disponibilidades em moeda nacional | 5.763 | 2.378 |
| Total de disponibilidades (caixa) | 5.763 | 2.378 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) | 4.825.817 | 15.802.257 |
| Total caixa e equivalentes de caixa | 4.831.580 | 15.804.635 |

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | | | |
|--|-----------------------------|--------|--|--|--|--|--|
| | 1 a 30 dias | 31 a 6 | | | | | |

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---------------------------------------------------|-----------------------------|----------|
| | 2016 | 2015 |
| Saldo inicial..... | 179.533 | 233.832 |
| Cisão HSBC (Nota 2)..... | 66.875 | (38.863) |
| Reversão líquida da constituição de provisão..... | (38.863) | (37.549) |
| Reversão líquida de provisões..... | (25.514) | (16.750) |
| Saldo final (Nota 7)..... | 182.031 | 179.533 |
| - Provisão específica (1)..... | 133.469 | 129.956 |
| - Provisão genérica (2)..... | 48.220 | 49.577 |
| - Provisão excedente (3)..... | 334 | - |

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução no 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7).

h) Recuperação/renegociação

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------|
| | 2016 | 2015 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)..... | 95.685 | 82.692 |
| Renegociação de créditos no exercício..... | 49.334 | 64.035 |

- (1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------|
| | 2016 | 2015 |
| Receitas de arrendamento mercantil..... | 2.151.539 | 2.291.192 |
| Despesas de arrendamento mercantil..... | (1.821.069) | (1.859.416) |
| Depreciação..... | (155) | (1.379.931) |
| Insuficiência de depreciação..... | (530.825) | (298.485) |
| Valor residual garantido..... | (111.261) | (101.360) |
| Amortização..... | (91.891) | (76.137) |
| Outras..... | (21.579) | (9.507) |
| Total..... | 330.470 | 431.776 |

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) | | Participação no capital social | Lucro líquido | Valor contábil | | Resultado de equivalência patrimonial | |
|--------------------------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------------------------|-------|--------------------------------|---------------|----------------|--------|---------------------------------------|-------|
| | | | Ações | Cotas | | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Aquarius Holdings Ltda. (1)..... | 43.000 | 84.102 | - | - | 8.985 | 19.500 | 16.399 | 15.227 | 1.192 | 1.229 |
| Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)..... | 390.000 | 2.008.682 | 257 | 8.385 | - | 1.7807 | 167.235 | 35.241 | 32.323 | 2.722 |
| Total..... | | | | | | | 51.640 | 47.550 | 4.170 | 3.951 |

- (1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (31.12.2016 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--------------------------------------------------|-----------------------------|----------|
| | 2016 | 2015 |
| Aplicações por incentivos fiscais..... | 25.989 | 25.989 |
| Títulos patrimoniais..... | 3 | 3 |
| Outros..... | 402 | 402 |
| Subtotal..... | 26.394 | 26.394 |
| Outras mobilizações em outros investimentos..... | (19.579) | (19.579) |
| Total..... | 6.815 | 6.815 |

10) IMOBILIZADO DE USO

| | Taxa | Custo | Depreciação | | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--------------------------------------|------|--------|-------------|-------|-----------------------------|------|
| | | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Imóveis de uso: | | | | | | |
| - Terrenos..... | | 2.714 | - | 2.714 | 2.713 | |
| - Edificações..... | 4% | 22.342 | (22.315) | 27 | 249 | |
| Outras mobilizações de uso..... | 20% | 155 | (155) | - | - | |
| Total em 30 de setembro de 2016..... | | 25.211 | (22.470) | 2.741 | | |
| Total em 31 de dezembro de 2015..... | | 25.211 | (22.249) | 2.962 | | |

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

| Emissão | Valor da operação | Vencimento | Remuneração | Valor contábil | |
|-------------------------|-------------------|------------|-------------|----------------|------------|
| | | | | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
| Fevereiro/2005 (1)..... | 4.000.000 | 2025 | 100% CDI | 14.230.855 | 13.159.222 |
| Fevereiro/2005 (2)..... | 4.050.000 | 2025 | 100% CDI | 14.240.665 | 13.159.259 |
| Fevereiro/2005 (3)..... | 8.775.000 | 2025 | 100% CDI | 29.349.887 | 28.367.611 |
| Janeiro/2008 (4)..... | 6.750.000 | 2026 | 100% CDI | 16.903.328 | 14.827.334 |
| Junho/2011 (5)..... | 4.750.000 | 2026 | 100% CDI | 4.615.125 | 6.733.180 |
| Junho/2011 (5)..... | 4.750.000 | 2021 | 100% CDI | 7.507.163 | 6.926.317 |
| Outubro/2012 (6)..... | 10.000.000 | 2032 | 100% CDI | 15.106.018 | 7.869.511 |
| Total..... | 43.075.000 | | | 101.953.041 | 91.042.434 |

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 2.784.618 (31.12.2015 - 768.867) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.064.815 mil (31.12.2015 - R\$ 257.900 mil).

- (2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 3.258.963 (31.12.2015 - 1.268.758) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.246.201 mil (31.12.2015 - R\$ 425.577 mil).

- (3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

- (4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 10.996.548 (31.12.2015 - 3.178.625) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.204.989 mil (31.12.2015 - R\$ 1.066.200 mil).

- (5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

- (6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 765.819 (31.12.2015 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 193.977 mil (31.12.2015 - R\$ 170.153 mil).

- (7) Simples, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a repactuação em 20/06/2016, a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 100,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 2.153.878.594 (31.12.2015 - 8.642.389) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 3.828.950 mil (31.12.2015 - R\$ 673.835 mil) da 1ª série e 10.540.773 (31.12.2015 - 6.165.269) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 936.917 mil (31.12.2015 - R\$ 480.697 mil) da 2ª série.

- (8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 36.198.170 (31.12.2015 - 427.606.487) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 567.347 mil (31.12.2015 - R\$ 5.878.917 mil).

b) Repactuação de debêntures

Em 20.6.2016, houve repactuação da 1ª série da 6ª emissão de debêntures, sendo repactuado com vencimento para 20.6.2026, passando a quantidade de 95.000.000 a valor unitário de R\$ 50,00 para a quantidade de 4.750.000.000 a valor unitário de R\$ 1,00 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve repactuação.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 12.653.504 mil (2015 - R\$ 9.787.329 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSOS DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | | |
|--------------------|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|----------------|-------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias |
| FINAME..... | 2.399 | 2.066 | 1.930 | 5.198 | 7.541 | 21.590 |
| Total em 2016..... | 2.399 | 2.066 | 1.930 | 5.198 | 7.541 | 21.590 |
| %..... | 5,9 | 5,1 | 4,7 | 12,8 | 18,5 | 53,0 |
| Total em 2015..... | 4.317 | 4.132 | 3.887 | 10.453 | 16.087 | 40.243 |
| %..... | 5,5 | 5,2 | 4,9 | 13,2 | 20,3 | 50,9 |

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 1.491 mil (2015 - R\$ 3.213 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre o Fidejussão Operacional (FIO) recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/98 e nº 2.448/98, na qual se celebrou o valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Rápido); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 22.495 mil (31.12.2015 - R\$ 21.471 mil) pleiteia, isoladamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 116.002 mil (31.12.2015 - R\$ 107.610 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

III - Movimentação das provisões

| | R\$ mil | |
|------------------------------------------------|---------|---------|
| | Cíveis | Fiscais |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015..... | 75.261 | 174.190 |
| Cisão HSBC (Nota 2)..... | 10.242 | - |
| Atualização monetária..... | 9.057 | 15.280 |
| Constituições líquidas de reversões..... | 6.194 | - |
| Pagamentos..... | (8.386) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 14)..... | 92.368 | 189.470 |

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.198.339 mil (31.12.2015 - R\$ 1.174.498 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------|
| | 2016 | 2015 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22)..... | 421.195 | 570.160 |
| Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)..... | 189.470 | 174.190 |
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar..... | 37.913 | - |
| Impostos e contribuições a recolher..... | 2.092 | 1.679 |
| Total..... | 650.660 | 746.029 |

j) Imobilizado de arrendamento (1)

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------|
| | 2016 | 2015 |
| Veículos e afins..... | 2.590.478 | 3.414.726 |
| Máquinas e equipamentos..... | 2.565.823 | 2.358.706 |
| Aeronaves..... | 1.449.018 | 2.005.025 |
| Outros..... | 491.031 | 434.286 |
| Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3f - IV)..... | 619.220 | 138.931 |
| Total de bens arrendados (Nota 7b)..... | 7.715.570 | 8.351.674 |
| Depreciação acumulada de bens arrendados..... | (4.631.492) | (4.852.601) |
| Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)..... | 1.403.649 | 1.955.123 |
| Total da depreciação acumulada (Nota 7b)..... | (3.227.843) | (2.897.478) |
| Total do imobilizado de arrendamento..... | 4.487.727 | 5.454.196 |

- (1) A Bradesco Leasing apurou no exercício insuficiência de depreciação no montante de R\$ 551.474 mil (31.12.2015 - R\$ 330.163 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 20.649 mil (31.12.2015 - R\$ 31.678 mil) com a realização de superveniência classificada em bens de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 530.825 mil (31.12.2015 - R\$ 298.485 mil) em resultado do período.

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------|---------|
| | 2016 | 2015 |
| Devedores por depósitos em garantia..... | 447.305 | 399.401 |
| Impostos e contribuições a compensar/recuperar..... | 340.991 | 296.732 |
| Créditos tributários (Notas 22c e 22d)..... | 281.928 | 254.643 |
| Pagamentos a ressarcir..... | 13.303 | 12.886 |
| Outros (1)..... | 13.124 | 1.875 |
| Total..... | 1.096.651 | 965.537 |

- (

continuação



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social..... | 338.259 | 327.758 |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)..... | (152.217) | (147.491) |
| Efeito no cálculo dos tributos: | | |
| Participações em coligadas..... | 1.876 | 1.778 |
| Despesas indutíveis liquadas das receitas não tributáveis..... | (1.726) | (2.731) |
| Crédito tributário líquido passivo diferido (2)..... | - | 10.868 |
| Juros sobre o capital próprio pagos..... | 14.850 | 79.515 |
| Outros valores (3)..... | (187) | 21.610 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | (137.406) | (36.451) |

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e

(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e, incluído, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Impostos correntes: | | |
| Imposto de renda e contribuição social devidos..... | (115.475) | (40.147) |
| Impostos diferidos: | | |
| Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias..... | (24.301) | (12.024) |
| Constituição no período sobre: | | |
| Base negativa de contribuição social..... | 2.370 | - |
| Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15: | | |
| Adições temporárias..... | - | 15.720 |
| Total dos impostos diferidos..... | (21.931) | 3.696 |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício..... | (137.406) | (36.451) |

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| | R\$ mil | | | |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------------|---------------|-----------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | Saldo oriundo de cisão HSBC (Nota 2) | Constituição | Realização |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa..... | 130.313 | 44.325 | 6.715 | 29.502 |
| Provisões civis..... | 32.246 | 4.087 | 2.619 | 6.978 |
| Provisões fiscais..... | 26.410 | - | 6.112 | - |
| Provisão para desvalorização de títulos e investimentos..... | 9.831 | - | - | - |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso..... | 25.690 | 794 | 26.793 | 24.281 |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários..... | - | 22 | - | - |
| Outros valores..... | 30.153 | - | 2.363 | 8.164 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias..... | 254.643 | 49.216 | 44.624 | 68.925 |
| Base negativa de contribuição social..... | - | - | 2.370 | - |
| Total dos créditos tributários (Nota 8b)..... | 254.643 | 49.216 | 46.994 | 68.925 |
| Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e)..... | 570.160 | - | 16.343 | 165.308 |
| Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas..... | (315.517) | 49.216 | 30.651 | (96.383) |

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

| | Diferenças temporárias | | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------|------------------------|---------------------|-----------------------------|----------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Contribuição social | Total |
| 2017..... | 38.185 | 25.266 | 2.314 | 65.765 |
| 2018..... | 38.199 | 25.274 | 56 | 63.529 |
| 2019..... | 28.860 | 20.094 | - | 48.954 |
| 2020..... | 28.860 | 19.321 | - | 48.181 |
| 2021..... | 36.178 | 19.321 | - | 55.499 |
| Total (Nota 8)..... | 170.282 | 109.276 | 2.370 | 281.928 |

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 262.946 mil (2015 - R\$ 233.717).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 421.195 mil (2015 - R\$ 570.160 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 323.506 mil (2015 - R\$ 488.781 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 97.689 mil (2015 - R\$ 81.346 mil), e ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (2015 - R\$ 33 mil), respectivamente.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resoluções nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 29 de setembro de 2016, o BACEN publicou a Resolução nº 4.527 que veda a realização, prorrogação ou novação de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite de instituições ligadas ou integrantes do mesmo conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Essa Resolução admite que até 31 de dezembro de 2017, poderão ser realizadas, prorrogadas ou renovadas operações compromissadas, realizadas pelo Conglomerado prudencial, com lastro nas debêntures emitidas pela Instituição, com base em títulos cuja emissão ou aceite tenha ocorrido até 29 de setembro de 2016, observando: prazo máximo de 12 meses e manutenção do saldo contábil relativo ao total de operações em montante igual ou inferior a 110% do saldo contábil apurado em 31 de agosto de 2016. A partir de 1º maio de 2017, esse montante será de 50% do saldo contábil total apurado na data-base de 31 de agosto de 2016.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

Conselho de Administração

| Presidente | Membros | Diretor-Presidente |
|-------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Lázaro de Mello Brandão | Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz Aurelio Conrado Boni | Luiz Carlos Tabuco Cappi |

Diretoria

| Diretores Vice-Presidentes | Diretor Gerente |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Gíliher José Augusto Penion Maurício Machado de Minas Marcelo de Araujo Noronha | Luiz Carlos Angelotti |

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima representadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 7). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 31.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 162.031 mil, a Sociedade classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como: situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas a estimativa de provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 31.VI e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Os assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 13 de fevereiro de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CPC 2SP029567/O-1 F-SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252148/O-3

EXCLUSIVIDADE

FERRAMENTAS

CONTEÚDO ANALÍTICO

ANTECIPAÇÃO

AMPLA COBERTURA

INFORMAÇÕES EM PRIMEIRA MÃO PARA AS MELHORES DECISÕES

NOTÍCIAS, COTAÇÕES E GRÁFICOS A QUALQUER HORA E EM QUALQUER LUGAR.

- Ferramenta exclusiva com informações sobre 5 mil empresas de capital aberto e fechado, balanços no novo padrão contábil, indicadores fundamentalistas, informações contábeis e ferramentas de análise comparativa no Valor Empresas.
- Acompanhamento em tempo real das agências reguladoras e dos projetos que tramitam no Congresso com indicação da probabilidade de aprovação no Valor Política.

Valor PRO
Quem sabe antes decide melhor

WWW.VALORPRO.COM.BR
4007 1232 REGIÕES METROPOLITANAS
0800 003 1232 OUTRAS LOCALIDADES



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

Em 4.9.2016, foi firmado o Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial com Versão de Parcelas do Patrimônio em Sociedades Existentes entre HSB Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo (HSBC) e Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, efetivado em 7.10.2016, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31.7.2016, que apurou o valor vertido de R\$ 22 milhões.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 201 milhões, correspondendo a R\$ 8.516,13 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.268 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 6,32% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 30 de novembro de 2016 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 33 milhões, pago em 5 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o total de Ativos somava R\$ 107.894 milhões, destacando-se R\$ 18.716 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 83.629 em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 2.714 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 101.953 milhões de Debêntures e R\$ 41 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.824 milhões. A Instituição possuía 2.218.423.485 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 12.043 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| ATIVO | | | | |
| CIRCULANTE | 102.222.738 | 91.361.903 | 657.146 | 7.574.669 |
| DISPONIBILIDADES (Nota 4) | 5.763 | 2.378 | - | 6.733.180 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a) | 18.537.138 | 56.228.344 | - | 6.733.180 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 18.057.138 | 26.443.116 | - | 38.876 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 480.000 | 29.785.228 | 19.134 | 38.876 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6) | 83.629.306 | 34.974.107 | 638.012 | 802.613 |
| Carteira Própria | 83.573.980 | 34.926.998 | 19.653 | - |
| Vinculados à Prestação de Garantias | 55.326 | 47.109 | 62.490 | 23.150 |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7) | (64.788) | (12.459) | 555.869 | 779.463 |
| Operações de Arrendamentos a Receber: | | | | |
| - Setor Privado | 1.279.637 | 1.414.377 | - | - |
| Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil | (1.229.678) | (1.316.211) | - | - |
| Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa | (114.747) | (114.625) | - | - |
| OUTROS CRÉDITOS | 86.093 | 127.303 | 21.590 | 40.243 |
| Rendas a Receber | 39 | 38 | 21.590 | 40.243 |
| Diversos (Nota 8) | 86.054 | 127.265 | - | - |
| OUTROS VALORES E BENS | 29.226 | 42.230 | 588.170 | 722.879 |
| Outros Valores e Bens | 101.596 | 104.532 | 1.406.181 | 1.943.208 |
| Provisões para Desvalorizações | (72.370) | (62.302) | - | - |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.122.726 | 814.659 | 3.268.259 | 3.097.832 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a) | 179.012 | 44.681 | - | - |
| Aplicações no Mercado Aberto | 177.970 | 43.767 | 2.312.267 | 2.290.000 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 1.042 | 914 | 956.032 | 807.832 |
| OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7) | (67.098) | (68.713) | (40) | - |
| Operações de Arrendamentos a Receber: | | | | |
| - Setor Privado | 1.358.787 | 1.444.822 | - | - |
| Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil | (1.358.601) | (1.444.627) | - | - |
| Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa | (67.284) | (68.908) | - | - |
| OUTROS CRÉDITOS | 1.010.597 | 838.272 | 956.032 | 807.832 |
| Diversos (Nota 8) | 1.010.597 | 838.272 | - | - |
| OUTROS VALORES E BENS | 215 | 419 | 956.032 | 807.832 |
| Despesas Antecipadas | 215 | 419 | - | - |
| PERMANENTE | 4.548.923 | 5.511.523 | 3.268.259 | 3.097.832 |
| INVESTIMENTOS (Nota 9) | 58.455 | 54.365 | - | - |
| Participações em Coligadas: | | | | |
| - No País | 51.640 | 47.550 | - | - |
| Outros Investimentos | 26.394 | 26.394 | - | - |
| Provisões para Perdas | (19.579) | (19.579) | - | - |
| IMOBILIZADO DE USO (Nota 10) | 2.741 | 2.962 | - | - |
| Imóveis de Uso | 25.056 | 25.056 | - | - |
| Outras Imobilizações de Uso | 155 | 155 | - | - |
| Depreciações Acumuladas | (22.470) | (22.249) | - | - |
| IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7j) | 4.487.727 | 5.454.196 | - | - |
| Bens Arrendados | 7.715.570 | 8.351.674 | - | - |
| Depreciações Acumuladas | (3.227.843) | (2.897.478) | - | - |
| TOTAL | 107.894.387 | 97.688.085 | 107.894.387 | 97.688.085 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil | | | | | DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------------------------|---------------------|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|--------------------|----------------------------------|-------------------|------------------|
| | 2º Semestre 2016 | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | Capital Social | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Totais |
| | 2016 | 2016 | 2015 | | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 7.878.290 | 15.002.332 | 12.085.256 | Eventos | 2.290.000 | 248.695 | 269.520 | - | 3.168.215 |
| Operações de Crédito (Nota 7h) | 51.924 | 95.695 | 82.692 | Saldos em 30.6.2016 | 2.290.000 | 248.695 | 269.520 | - | 3.168.215 |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i) | 1.209.937 | 2.151.539 | 2.291.192 | Aumento de Capital por Cisão | 22.267 | - | - | - | 22.267 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c) | 6.616.429 | 12.755.108 | 9.711.372 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | (40) | - | (40) |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (7.635.588) | (14.560.031) | (11.612.409) | Lucro Líquido | - | - | - | 108.547 | 108.547 |
| Operações de Captações no Mercado (Nota 11c) | (6.643.965) | (12.776.334) | (9.787.329) | Destinações - Reservas | - | 5.427 | 72.390 | - | (77.817) |
| Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b) | (601) | (1.491) | (3.213) | - Reversão Parcial de Dividendos do 1º Semestre 2016 | - | - | - | 2.270 | 2.270 |
| Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j) | (1.022.121) | (1.821.069) | (1.859.416) | - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (33.000) | (33.000) |
| Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g) | 31.099 | 38.863 | 37.549 | Saldos em 31.12.2016 | 2.312.267 | 254.122 | 701.910 | (40) | 3.268.259 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 242.702 | 442.301 | 472.847 | Saldos em 31.12.2014 | 2.290.000 | 229.514 | 463.711 | - | 2.983.225 |
| OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | (14.624) | (23.481) | (103.203) | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - | - |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 16) | (24.153) | (44.435) | (57.759) | Lucro Líquido | - | - | - | 291.307 | 291.307 |
| Despesas Tributárias (Nota 17) | (13.821) | (24.872) | (40.379) | Destinações - Reservas | - | 14.566 | 100.041 | - | (114.607) |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a) | 2.050 | 4.170 | 3.951 | - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (176.700) | (176.700) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18) | 49.091 | 95.695 | 180.190 | Saldos em 31.12.2015 | 2.290.000 | 244.080 | 563.752 | - | 3.097.832 |
| Outras Despesas Operacionais (Nota 19) | (27.731) | (52.926) | (189.206) | Aumento de Capital por Cisão | 22.267 | - | - | - | 22.267 |
| RESULTADO OPERACIONAL | 228.078 | 418.820 | 369.644 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | - | - | - | (40) | (40) |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20) | (56.498) | (80.561) | (41.886) | Lucro Líquido | - | - | - | 200.853 | 200.853 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 171.580 | 338.259 | 327.758 | Destinações - Reservas | - | 10.042 | 138.158 | - | (148.200) |
| PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22) | (63.033) | (137.406) | (36.451) | - Dividendos Propostos | - | - | - | (19.653) | (19.653) |
| Provisão para Imposto de Renda | 9.126 | (30.162) | (23.648) | - Juros sobre o Capital Próprio | - | - | - | (33.000) | (33.000) |
| Provisão para Contribuição Social | (22.977) | (53.753) | (16.500) | Saldos em 31.12.2016 | 2.312.267 | 254.122 | 701.910 | (40) | 3.268.259 |
| Ativo Fiscal Diferido | (49.182) | (53.491) | 3.697 | | | | | | |
| LUCRO LÍQUIDO | 108.547 | 200.853 | 291.307 | | | | | | |
| Número de ações (Nota 15a) | 23.585 | 23.585 | 23.422 | | | | | | |
| Lucro por ação em R\$ | 4.602,37 | 8.516,13 | 12.437,32 | | | | | | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil | | | | | DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
| | 2º Semestre 2016 | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | 2º Semestre 2016 | Exercícios findos em 31 de dezembro | | | | |
| | 2016 | 2016 | 2015 | Descrição | 2016 | % | 2016 | 2015 | % | |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | | 1 - RECEITAS | 7.874.191 | 4.247,1 | 15.002.290 | 4.131,4 | 12.071.903 | 3.279,2 |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 171.580 | 338.259 | 327.758 | 1.1) Intermediação Financeira | 7.878.290 | 4.249,3 | 15.002.332 | 4.131,4 | 12.085.256 | 3.282,8 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | 991.696 | 1.757.864 | 1.664.182 | 1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 31.099 | 16,8 | 38.863 | 10,7 | 37.549 | 10,2 |
| Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (31.099) | (38.863) | (37.549) | 1.3) Outras | (35.198) | (19,0) | (38.905) | (10,7) | (60.902) | (13,8) |
| Depreciações e Amortizações | 597.060 | 1.157.983 | 1.456.928 | 2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (7.666.687) | (4.135,2) | (14.598.894) | (4.020,3) | (11.649.958) | (3.164,6) |
| Provisões/(Reversão) Cíveis e Fiscais | 25.680 | 40.773 | (86.113) | 3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (24.148) | (13,0) | (44.215) | (12,1) | (56.898) | (15,5) |
| Resultado de Participações em Coligadas e Controladas | (2.050) | (4.170) | (3.951) | Serviços Técnicos Especializados | (3.926) | (2,2) | (8.600) | (2,2) | (21.754) | (5,9) |
| Insuficiência de Depreciação | 350.168 | 530.825 | 298.485 | Jurídicas Processuais 05-19 | (6.838) | (3,7) | (16.900) | (4,7) | (16.503) | (4,5) |
| Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens | 51.937 | 71.316 | 36.382 | Serviços do Sistema Financeiro | (3.799) | (2,0) | (6.318) | (1,7) | (5.773) | (1,5) |
| Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.163.276 | 2.096.123 | 1.991.940 | Processamento de Dados | (2.021) | (1,1) | (3.589) | (1,0) | (4.001) | (1,1) |
| (Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 16.347.491 | 26.580.236 | 6.030.664 | Aprensão de Bens 56-19 | (241) | (0,1) | (659) | (0,2) | (1.832) | (0,5) |
| Financiamentos Derivativos | (31.774.346) | (48.655.199) | (8.156.273) | Propaganda, Promoções e Publicidade | (509) | (0,3) | (962) | (0,3) | (1.347) | (0,4) |
| (Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil | 35.539 | 35.233 | (43.131) | Contribuições Filantrópicas | (987) | (0,5) | (987) | (0,3) | (2.478) | (0,7) |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens | (120.723) | (145.260) | (48.135) | Outras | (5.827) | (3,1) | (6.200) | (1,7) | (3.410) | (0,9) |
| (Aumento)/Redução em Imobilização de Arrendamento | 60.673 | 158.344 | (222.739) | 4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3) | 183.356 | 98,9 | 359.181 | 99,0 | 365.407 | 99,1 |
| Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses | (15.942) | (38.395) | (65.127) | 5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES | (5) | - | (220) | (0,1) | (861) | (0,2) |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (1.394.260) | (1.693.096) | (238.819) | 6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5) | 183.351 | 98,9 | 358.961 | 98,9 | 364.186 | 98,9 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (127.567) | (197.156) | (197.156) | 7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 2.050 | 1,1 | 4.170 | 1,1 | 3.951 | 1,1 |
| Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais | (15.825.859) | (21.855.850) | (948.776) | Resultado de Participações em Coligadas e Controladas | 2.050 | 1,1 | 4.170 | 1,1 | 3.951 | 1,1 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | | 8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7) | 185.401 | 100,0 | 363.131 | 100,0 | 368.137 | 100,0 |
| Dividendos Recebidos | - | 38 | 30 | 9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 185.401 | 100,0 | 363.131 | 100,0 | 368.137 | 10 |



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - são aqueles com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas reificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As operações em atraso classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

| Período de atraso (1) | Classificação do cliente |
|-----------------------|--------------------------|
| de 15 a 30 dias | B |
| de 31 a 60 dias | C |
| de 61 a 90 dias | D |
| de 91 a 120 dias | E |
| de 121 a 150 dias | F |
| de 151 a 180 dias | G |
| superior a 180 dias | H |

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

b) Classificação por categoria e prazos

| Títulos (1) | 2016 | | | 2015 | | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Valor de mercado/contábil (2) | Valor de custo atualizado | Marcação a mercado | Valor de mercado/contábil (2) | Marcação a mercado |
| Títulos para negociação (3) | 80.447.370 | 174.394 | 437.922 | 2.514.294 | 83.573.980 | 83.573.035 | (55) | 34.926.998 | 2 |
| Letras financeiras do tesouro | 13.640.898 | - | 80.033 | 2.513.589 | 16.234.520 | 16.234.575 | (55) | 3.178.987 | 2 |
| Letras financeiras | - | 174.394 | 274.339 | - | 448.733 | 448.733 | - | 991.373 | - |
| Debêntures | - | - | 83.550 | 705 | 84.255 | 84.255 | - | 153.027 | - |
| Letras do tesouro nacional | 26.428.922 | - | - | - | 26.428.922 | 26.428.922 | - | 18.934.297 | - |
| Notas do tesouro nacional | 39.613.667 | - | - | - | 39.613.667 | 39.613.667 | - | 11.155.392 | - |
| Cotas de fundos (4) | 763.883 | - | - | - | 763.883 | 763.883 | - | 513.922 | - |
| Vinculados à prestação de garantias | - | - | - | 55.326 | 55.326 | 55.326 | - | 47.109 | - |
| Letras financeiras do tesouro | - | - | - | 55.326 | 55.326 | 55.326 | - | 47.109 | - |
| Total em 2016 | 80.447.370 | 174.394 | 437.922 | 2.569.620 | 83.629.306 | 83.629.361 | (55) | 34.974.107 | 2 |
| Total em 2015 | 30.347.278 | 330.614 | 244.394 | 4.051.821 | | | | | 2 |

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que inclui operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuía R\$ 83.573.980 mil (31.12.2015 - R\$ 34.926.998 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | R\$ mil | | | | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------------|------------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------|-----------------|-----------------|
| | Carteira Banking (1) | | | | | | | |
| | Dezembro/2016 | | | Dezembro/2015 | | | | |
| | 2016 | 2015 | 1 | 2 | 3 | 1 | 2 | 3 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b) | 5.959.945 | 6.686.505 | (98) | (27.737) | (53.562) | (87) | (34.059) | (64.996) |
| Títulos de renda fixa | 6.795.163 | 3.024.867 | (5) | (644) | (1.216) | - | - | - |
| Total | 12.755.108 | 9.711.372 | (146) | (3.643) | (7.286) | (132) | (3.311) | (6.621) |
| Moeda Estrangeira | - | - | (212) | (5.288) | (10.576) | (388) | (9.705) | (19.410) |
| Renda Variável | - | - | (31) | (1.665) | (3.207) | (1) | (1) | (1) |
| Soberanos/Eurobonds e Treasuries | - | - | (493) | (39.034) | (75.961) | (609) | (47.146) | (91.167) |
| Total sem correlação | (493) | (39.034) | (307) | (31.132) | (60.270) | (384) | (34.116) | (65.238) |

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 3,28, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi aplicado um cenário de 11,55%.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

(5) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(6) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(7) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(8) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

(9) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(10) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(11) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(12) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(13) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(14) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(15) Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Sumário Caderno Empresarial 2

| BALANÇO | BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL |
|---------|----------------------------------------------|
| | 2 |



Volume 127 • Número 30
São Paulo, terça-feira, 14 de fevereiro de 2017

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 4,06, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 14,42%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,25 foi utilizado um cenário de R\$ 4,87, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,54% foi utilizado um cenário de 17,30%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

| Em 31 de dezembro - R\$ mil | | |
|--------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| 2016 | 2015 | |
| Arrendamentos financeiros a receber | 2.638.424 | 2.859.199 |
| (-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber | (2.588.279) | (2.760.838) |
| Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (liquidadas) | 7.715.570 | 8.351.674 |
| (-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros | (3.227.843) | (2.897.478) |
| (-) Depreciações acumuladas | (4.631.492) | (4.852.601) |
| Superveniência de depreciação | 1.403.649 | 1.955.123 |
| (-) Valor residual garantido antecipado (Nota 14b) | (1.823.654) | (2.582.987) |
| Total do valor presente (1) | 2.714.218 | 2.969.570 |

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 2.716.074 mil (2015 - R\$ 2.808.835 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com a de mercado na data do balanço.

| | Curso anormal | | | | | | Total em 2016 (C) | 2015 (C) | Total geral em | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | | | 2016 (A+B+C) | 2015 (A+B+C) |
| Operações de arrendamento mercantil | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2016 | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2015 | 11.147 | 10.926 | 9.901 | 26.771 | 42.787 | 81.691 | | | | 2.969.570 |

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-------|-----------|-------|
| | 2016 | % (1) | 2015 | % (1) |
| Maiores devedores | 87.055 | 3,2 | 55.040 | 1,9 |
| Dez maiores devedores | 506.966 | 18,7 | 326.548 | 11,0 |
| Vinte maiores devedores | 702.763 | 25,9 | 499.496 | 16,8 |
| Cinquenta maiores devedores | 1.077.189 | 39,7 | 835.983 | 28,2 |
| Cem maiores devedores | 1.403.866 | 51,7 | 1.144.804 | 38,6 |

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|------------------------------------------------|-----------------------------|--------------|------------------|--------------|
| | 2016 | % | 2015 | % |
| Setor privado | 2.714.218 | 100,0 | 2.969.570 | 100,0 |
| Indústria | 443.439 | 16,3 | 595.908 | 20,2 |
| Siderúrgica, metalúrgica e mecânica | 80.504 | 3,0 | 109.940 | 3,7 |
| Alimentícia e bebidas | 82.713 | 3,0 | 104.961 | 3,7 |
| Artigos de borracha e plásticos | 37.952 | 1,4 | 55.130 | 1,9 |
| Extração de minerais metálicos e não metálicos | 26.881 | 1,0 | 34.087 | 1,1 |
| Química | 48.320 | 1,8 | 48.917 | 1,6 |
| Materiais não metálicos | 24.808 | 0,9 | 35.378 | 1,2 |
| Edição, impressão e reprodução | 33.373 | 1,2 | 39.745 | 1,3 |
| Móveis e produtos de madeira | 26.253 | 1,0 | 43.461 | 1,5 |
| Autopeças e acessórios | 13.562 | 0,5 | 22.481 | 0,8 |
| Têxtil e confecções | 12.834 | 0,5 | 20.435 | 0,7 |
| Eletrônica | 13.702 | 0,5 | 18.728 | 0,6 |
| Refino de petróleo e produção de álcool | 6.226 | 0,2 | 11.962 | 0,4 |
| Papel e celulose | 19.760 | 0,7 | 23.212 | 0,8 |
| Veículos leves e pesados | 3.750 | 0,1 | 9.066 | 0,3 |
| Artefatos de couro | 8.051 | 0,3 | 11.493 | 0,4 |
| Demais indústrias | 4.750 | 0,2 | 6.912 | 0,2 |

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

| Nível de risco | % Mínimo de provisionamento requerido | Carteira | | | | Específica | Provisão mínima requerida | | | | | | |
|----------------------|---------------------------------------|------------------|----------------|------------------|--------------|---------------|---------------------------|---------------|------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | | Curso normal | Curso anormal | Total (1) | % | | Vencidas | Vencidas | Genérica | Excedente | | | |
| AA | - | 294.980 | - | 294.980 | 10,9 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| A | 0,5 | 434.874 | - | 434.874 | 16,0 | - | - | 2.174 | 201 | 2.375 | 1,3 | 2.261 | 1,2 |
| B | 1,0 | 1.690.177 | 2.057 | 1.692.234 | 62,3 | 1 | 19 | 16.902 | 87 | 17.009 | 9,3 | 21.682 | 12,1 |
| C | 3,0 | 14.752 | 33.166 | 47.918 | 1,8 | 91 | 904 | 443 | 10 | 1.448 | 0,8 | 1.805 | 0,9 |
| Subtotal | | 2.434.783 | 35.223 | 2.470.006 | 91,0 | 92 | 923 | 19.519 | 298 | 20.832 | 11,4 | 25.548 | 14,2 |
| D | 10,0 | 18.820 | 32.879 | 51.699 | 1,9 | 423 | 2.864 | 1.892 | 21 | 5.130 | 2,9 | 4.137 | 2,3 |
| E | 30,0 | 21.651 | 8.830 | 30.481 | 1,1 | 624 | 2.025 | 6.495 | 15 | 9.159 | 5,0 | 7.967 | 4,4 |
| F | 50,0 | 1.232 | 16.101 | 17.333 | 0,6 | 1.559 | 6.492 | 616 | - | 8.667 | 4,8 | 13.687 | 7,6 |
| G | 70,0 | 807 | 20.914 | 21.721 | 0,8 | 3.637 | 11.003 | 565 | - | 15.205 | 8,4 | 8.952 | 5,0 |
| H | 100,0 | 19.151 | 103.827 | 122.978 | 4,6 | 35.766 | 68.061 | 19.151 | - | 122.978 | 67,6 | 119.242 | 66,5 |
| Subtotal | | 61.661 | 182.551 | 244.212 | 9,0 | 42.009 | 90.445 | 28.709 | 36 | 161.199 | 88,6 | 153.985 | 85,8 |
| Total em 2016 | | 2.496.444 | 217.774 | 2.714.218 | 100,0 | 42.101 | 91.368 | 48.228 | 334 | 182.031 | 100,0 | 179.533 | 100,0 |
| % | | 92,0 | 8,0 | 100,0 | | 23,1 | 50,2 | 26,5 | 0,2 | 100,0 | | 100,0 | |
| Total em 2015 | | 2.733.357 | 236.213 | 2.969.570 | | 39.381 | 90.575 | 49.577 | | 179.533 | | 100,0 | |
| % | | 92,0 | 8,0 | 100,0 | | 21,9 | 50,5 | 27,6 | | 100,0 | | | |

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Saldo inicial | 179.533 | 233.832 |
| Cisão HSBC (Nota 2) | 66.875 | - |
| Reversão líquida de constituição de provisão | (38.863) | (37.549) |
| Baixas para prejuízo | (25.514) | (16.750) |
| Saldo final (Nota 7f) | 182.031 | 179.533 |
| - Provisão específica (1) | 133.469 | 129.956 |
| - Provisão genérica (2) | 48.228 | 49.577 |
| - Provisão excedente (3) | 334 | - |

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução no 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7f).

| | Exercícios findos em | |
|----------------------------------------------------|----------------------|--------|
| | 2016 | 2015 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1) | 95.685 | 82.692 |
| Renegociação de créditos no exercício | 49.334 | 64.035 |

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

| | Exercícios findos em | |
|------------------------------------|----------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Receitas de arrendamento mercantil | 2.151.539 | 2.291.192 |
| Despesas de arrendamento mercantil | (1.821.069) | (1.859.416) |
| Depreciação | (1.065.862) | (1.379.931) |
| Insuficiência de depreciação | (530.825) | (298.485) |
| Valor residual garantido | (111.261) | (101.360) |
| Amortização | (91.891) | (76.137) |
| Outras | (21.230) | (3.503) |
| Total | 330.470 | 431.776 |

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

| Empresas | Capital social | Patrimônio líquido ajustado | Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares) | Participação no capital social % | Lucro líquido | Valor contábil | | Resultado de equivalência patrimonial | |
|---------------------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------|---------------|----------------|---------------|---------------------------------------|--------------|
| | | | | | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Aquarius Holdings Ltda. (1) | 43.000 | 84.102 | - | 8.385 | 6.113 | 16.399 | 15.227 | 1.192 | 1.229 |
| Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2) | 390.000 | 2.008.682 | 257 | - | 1.7807 | 35.241 | 32.323 | 2.978 | 2.722 |
| Total | | | | | | 51.640 | 47.550 | 4.170 | 3.951 |

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (31.12.2016 - R\$ 528 mil).

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------------------------|-----------------------------|---------------|
| | 2016 | 2015 |
| Aplicações por incentivos fiscais | 25.989 | 25.989 |
| Títulos patrimoniais | 3 | 3 |
| Outros | 402 | 402 |
| Subtotal | 26.394 | 26.394 |
| Provisão para perdas em outros investimentos | (19.579) | (19.579) |
| Total | 6.815 | 6.815 |

10) IMOBILIZADO DE USO

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | |
|----------------------------------------|-----------------------------|---------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Taxa | Custo | Depreciação | 2016 | 2015 |
| Imóveis de uso: | | | | | |
| - Terrenos | | 2.714 | - | 2.714 | 2.713 |
| - Edificações | 4% | 22.342 | (22.315) | 27 | 249 |
| Outras imobilizações de uso | 20% | 155 | (155) | - | - |
| Total em 30 de setembro de 2016 | | 25.211 | (22.470) | 2.741 | |
| Total em 31 de dezembro de 2015 | | 25.211 | (22.249) | | 2.962 |

c) Carteiras e prazos

| | Curso normal | | | | | | Acima de 360 dias | Total em 2016 (A) | Total em 2015 (A) |
|-------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | 2016 | | | |
| Operações de arrendamento mercantil | 146.261 | 142.158 | 119.312 | 338.216 | 528.000 | 1.222.497 | 2.496.444 | 2.733.358 | |
| Total em 2016 | 146.261 | 142.158 | 119.312 | 338.216 | 528.000 | 1.222.497 | 2.496.444 | | |
| Total em 2015 | 151.367 | 136.934 | 173.878 | 364.389 | 587.729 | 1.319.061 | | 2.733.358 | |

| | Curso anormal | | | | Total em 2016 (B) | 2015 (B) |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|-------------------|---------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | | |
| Operações de arrendamento mercantil | 11.587 | 9.942 | 7.509 | 14.704 | 9.802 | 53.544 |
| Total em 2016 | 11.587 | 9.942 | 7.509 | 14.704 | 9.802 | 53.544 |
| Total em 2015 | 11.654 | 10.408 | | | 10.319 | 52.989 |

| | Curso anormal | | | | | | Total em 2016 (C) | 2015 (C) | Total geral em | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | | | 2016 (A+B+C) | 2015 (A+B+C) |
| Operações de arrendamento mercantil | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2016 | 10.622 | 11.001 | 9.106 | 24.829 | 38.092 | 70.580 | 164.230 | 183.223 | 2.714.218 | 2.969.570 |
| Total em 2015 | 11.147 | 10.926 | 9.901 | 26.771 | 42.787 | 81.691 | | | | 2.969.570 |

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2016 | % | 2015 | % |
| Comércio | 515.490 | 19,0 | 474.590 | 15,9 |
| Produtos em lojas especializadas | 52.109 | 1,9 | 80.521 | 2,8 |
| Varejistas não especializados | 210.307 | 7,7 | 91.724 | 3,1 |
| Produtos alimentícios, bebidas e fumo | 36.778 | 1,4 | 69.316 | 2,3 |
| Resíduos e sucatas | 33.930 | 1,3 | 32.693 | 1,1 |
| Reparação, peças e acessórios para veículos automotores | 17.529 | 0,6 | 21.916 | 0,7 |
| Artigos de uso pessoal e | | | | |



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- (2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 3.258.963 (31.12.2015 - 1.268.758) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.246.201 mil (31.12.2015 - R\$ 425.577 mil).
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
- (3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 10.996.548 (31.12.2015 - 3.178.625) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.204.989 mil (31.12.2015 - R\$ 1.066.200 mil).
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
- (4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 765.819 (31.12.2015 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 193.977 mil (31.12.2015 - R\$ 170.153 mil).
- (5) Simples, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a repactuação em 20/06/2016, a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo, o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 2.153.878.594 (31.12.2015 - 8.642.389) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 3.828.950 mil (31.12.2015 - R\$ 673.835 mil) da 1ª série e 10.540.773 (31.12.2015 - 6.165.269) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 936.917 mil (31.12.2015 - R\$ 480.697 mil) da 2ª série.
- (6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em dezembro de 2016 contempla 36.198.170 (31.12.2015 - 427.606.487) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 567.347 mil (31.12.2015 - R\$ 5.878.917 mil).

b) Repactuação de debêntures

Em 20.6.2016, houve repactuação da 1ª série da 6ª emissão de debêntures, sendo repactuada com vencimento para 20.6.2026, passando a quantidade de 95.000.000 a valor unitário de R\$ 50,00 para a quantidade de 4.750.000.000 a valor unitário de R\$ 1,00 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve repactuação.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 12.653.504 mil (2015 - R\$ 9.787.329 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | | | Total | |
|---------------------------|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|----------------|-------------------|---------------|---------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 90 dias | 91 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | 2016 | 2015 |
| FINAME..... | 2.399 | 2.066 | 1.930 | 5.198 | 7.541 | 21.590 | 40.724 | 79.119 |
| Total em 2016..... | 2.399 | 2.066 | 1.930 | 5.198 | 7.541 | 21.590 | 40.724 | 79.119 |
| % | 5,9 | 5,1 | 4,7 | 12,8 | 18,5 | 53,0 | 100,0 | |
| Total em 2015..... | 4.317 | 4.132 | 3.887 | 10.453 | 16.087 | 40.243 | | 79.119 |
| % | 5,5 | 5,2 | 4,9 | 13,2 | 20,3 | 50,9 | | 100,0 |

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 1.491 mil (2015 - R\$ 3.213 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 22.495 mil (31.12.2015 - R\$ 21.471 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º da Portaria MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 118.002 mil (31.12.2015 - R\$ 107.610 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

III - Movimentação das provisões

| | R\$ mil | |
|-------------------------------------------------------|---------------|----------------|
| | Cíveis | Fiscais (1) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015..... | 75.261 | 174.190 |
| Cisão HSBC (Nota 2)..... | 10.242 | |
| Atualização monetária..... | 9.057 | 15.280 |
| Constituições líquidas de reversões..... | 6.194 | |
| Pagamentos..... | (8.386) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Nota 14)..... | 92.368 | 189.470 |

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.198.339 mil (31.12.2015 - R\$ 1.174.498 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)..... | 421.195 | 570.160 |
| Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)..... | 189.470 | 174.190 |
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar..... | 37.913 | - |
| Impostos e contribuições a recolher..... | 2.082 | 1.679 |
| Total..... | 650.660 | 746.029 |

b) Diversas

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)..... | 1.823.654 | 2.582.987 |
| Provisões cíveis (Nota 13b)..... | 92.368 | 75.261 |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos..... | 541 | 1.748 |
| Outras..... | 45.487 | 62.675 |
| Total..... | 1.962.050 | 2.722.671 |

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (2015 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em (2015 - 23.422) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

| | Quantidade de ações | | R\$ mil |
|----------------------------------------------------------|---------------------|--|------------------|
| | Ordinárias | | |
| Em 31 de dezembro de 2015..... | 23.422 | | 2.290.000 |
| Aumento de capital com cisão - AGE de 7.10.2016 (1)..... | 163 | | 22.267 |
| Em 31 de dezembro de 2016..... | 23.585 | | 2.312.267 |

(1) Foi homologado pelo BACEN em 4 de novembro de 2016, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração de 7.10.2016 que, deliberou o aumento de capital social de R\$ 22.267 mil mediante a incorporação de parcela cindida do patrimônio do HSBC Bank S.A. - Banco Múltiplo, mediante a emissão de 163 novas ações.

c) Reservas de lucros

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Reservas de lucros..... | 956.032 | 807.832 |
| - Reserva legal (1)..... | 254.122 | 244.080 |
| - Reservas estatutárias (2)..... | 701.910 | 563.752 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

| | R\$ mil | |
|-----------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Lucro líquido..... | 200.853 | 291.307 |
| (1) Reserva legal - 5% sobre o lucro..... | (10.042) | (14.566) |
| Base de cálculo..... | 190.811 | 276.741 |
| Dividendos propostos (1)..... | 19.653 | - |
| Juros sobre o capital próprio (2)..... | 33.000 | 176.700 |
| Imposto de renda retido na fonte..... | (4.950) | (26.505) |
| Valor líquido a pagar..... | 47.703 | 150.195 |
| Percentual em relação à base de cálculo..... | 25,0% | 54,3% |
| Valor em Reais por ação..... | 2.022,60 | 6.412,56 |

(1) Em 31.12.2015 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 25%; e

(2) A Reunião da Diretoria de 30 de novembro de 2016, 15 de dezembro de 2015 e 27 de fevereiro de 2015, aprovou juros sobre o capital próprio no montante de: R\$ 33.000 mil pagos em 5 de dezembro de 2016, R\$ 150.000 mil pagos em 30 de dezembro de 2015 e R\$ 26.700 mil pagos em 4 de março de 2015.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------|
| | 2016 | 2015 |
| Jurídicas processuais..... | 16.900 | 16.503 |
| Serviços técnicos especializados..... | 8.600 | 21.754 |
| Serviços do sistema financeiro..... | 6.318 | 5.573 |
| Processamento de dados..... | 3.589 | 4.001 |
| Contribuições filantrópicas..... | 987 | 2.478 |
| Propaganda, promoções e publicidade..... | 962 | 1.347 |
| Apreensão de bens..... | 659 | 1.832 |
| Depreciações e amortizações..... | 220 | 861 |
| Outras (1)..... | 6.200 | 3.410 |
| Total..... | 44.435 | 57.759 |

(1) Em 2016, incluiu o valor de R\$ 2.460 mil, refere-se ao ressarcimento de despesa de apólice de seguro.

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------|
| | 2016 | 2015 |
| Contribuição à Cofins..... | 14.428 | 15.856 |
| IPVA de bens arrendados..... | - | 11.584 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN..... | 7.902 | 7.642 |
| Contribuição ao PIS..... | 2.345 | 2.577 |
| Outras..... | 197 | 2.720 |
| Total..... | 24.872 | 40.379 |

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Outras receitas financeiras..... | 77.111 | 68.190 |
| Reversões de provisões cíveis..... | 4.748 | 1.991 |
| Reversões de outras provisões operacionais..... | 4.021 | 107.800 |
| Taxa de cadastro..... | 2.891 | 4.922 |
| Outras..... | 5.811 | 7.287 |
| Total..... | 94.582 | 190.190 |

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Provisões cíveis..... | 19.999 | 17.271 |
| Outras despesas financeiras (1)..... | 15.307 | 49.816 |
| Descontos concedidos..... | 13.424 | 18.014 |
| Doações..... | 3.707 | 3.862 |
| Provisão para IPVA..... | - | 97.466 |
| Outras..... | 489 | 12.777 |
| Total..... | 52.926 | 199.206 |

(1) Em 2015, incluiu reversão de atualização sobre crédito de imposto de renda, no montante de R\$ 28.519 mil.

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens..... | (71.316) | (36.382) |
| Prejuízo na alienação de outros valores e bens..... | (1.299) | (7.804) |
| Aluguéis (Nota 21a)..... | 2.540 | 2.300 |
| Outros..... | 14 | - |
| Total..... | (80.561) | (41.886) |

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

| | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------|------------|-----------|-----------|
| | Controladores | | Coligadas | |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Ativos | | | | |
| Disponibilidades (Nota 4)..... | 5.763 | 2.378 | - | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5)..... | 481.042 | 26.142.368 | - | 3.643.774 |
| Aplicações no mercado aberto (Nota 5)..... | 18.235.108 | 26.486.863 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários..... | 79.769.606 | 30.018.045 | - | - |
| Dividendos a receber..... | - | - | 40 | 38 |
| Passivos | | | | |
| Recursos de debêntures (Nota 11)..... | 101.953.041 | 91.042.434 | - | - |
| Dividendos a pagar..... | 19.653 | - | - | - |

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------|-----------|------|
| | Controladores | | Coligadas | |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Receitas de aplicações no mercado aberto (Nota 5b)..... | 3.701.274 | 3.497.715 | - | - |
| Receita de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5b)..... | 1.857.301 | 2.677.509 | | |



Bradesco Leasing

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

| | R\$ mil | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------------------------------|---------------|------------------|
| | Saldo em 31.12.2015 | Saldo oriundo de cisão HSBC (Nota 2) | Constituição | Realização |
| Base negativa de contribuição social | - | - | 2.370 | - |
| Total dos créditos tributários (Nota 8b) | 254.643 | 49.216 | 46.994 | 68.925 |
| Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e) | 570.160 | - | 16.343 | 165.308 |
| Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas | (315.517) | 49.216 | 30.651 | (96.383) |
| d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | | | | (139.267) |

| | Diferenças temporárias | | Base negativa | |
|-----------------------|------------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Contribuição social | Total |
| 2017 | 38.185 | 25.266 | 2.314 | 65.765 |
| 2018 | 38.199 | 25.274 | 56 | 63.529 |
| 2019 | 28.860 | 20.004 | - | 48.864 |
| 2020 | 28.860 | 19.321 | - | 48.181 |
| 2021 | 36.178 | 19.321 | - | 55.499 |
| Total (Nota 8) | 170.282 | 109.276 | 2.370 | 281.928 |

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 262.946 mil (2015 - R\$ 233.717). Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas
As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 421.195 mil (2015 - R\$ 570.160 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 323.506 mil (2015 - R\$ 488.781 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 97.689 mil (2015 - R\$ 81.346 mil), e ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários (2015 - R\$ 33 mil), respectivamente.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às Instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 29 de setembro de 2016, o BACEN publicou a Resolução nº 4.527 que veda a realização, prorrogação ou novação de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceite de instituições ligadas ou integrantes do mesmo conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Essa Resolução admite que até 31 de dezembro de 2017, poderão ser realizadas, prorrogadas ou renovadas operações compromissadas, realizadas pelo Conglomerado prudencial, com lastro nas debêntures emitidas pela Instituição, com base em títulos cuja emissão ou aceite tenha ocorrido até 29 de setembro de 2016, observando: prazo máximo de 12 meses e manutenção do saldo contábil relativo ao total de operações em montante igual o inferior a 110% do saldo contábil apurado em 31 de agosto de 2016. A partir de 1º maio de 2017, esse montante será de 50% do saldo contábil total apurado na data-base de 31 de agosto de 2016.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

| Conselho de Administração | | | Diretoria | |
|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Presidente Lázaro de Mello Brandão | Membros Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto | Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi | Diretores Vice-Presidentes Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha | Diretor Gerente Luiz Carlos Angolotti |
| Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi | Membros José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni | | | Diretor de Relações com Investidores Marcelo da Silva Rego Alexandre da Silva Glüher Contador – CRC 1SP301478/O-1 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 7). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 8.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicados em nosso relatório.

• Provisão para créditos de arrendamento mercantil liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 31.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 182.031 mil, a Sociedade classificou suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 31.VI e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 13 de fevereiro de 2017

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Sumário Caderno Empresarial 2

| BALANÇO | |
|----------------------------------------------|---|
| BRADESCO LEASING SA - ARRENDAMENTO MERCANTIL | 2 |

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 30
São Paulo, terça-feira, 14 de fevereiro de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Página 6

www.imprensaoficial.com.br

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMAGENS ILUSTRATIVAS